

### FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO: A dimensão da destruição já realizada e a em curso

Governo e “troika” estão empenhados em destruir aquilo que muitos designam como “Estado social” através do estrangulamento financeiro. Para tornar claro isso, e para se poder ficar com uma ideia das consequências para os portugueses dos cortes enormes nas despesas com as funções sociais do Estado, ou seja, com a educação, a saúde e segurança social constantes do OE-2013, assim como do novo corte de 4.000 milhões € acordado pelo governo e “troika” interessa analisar os que já se verificaram ou estão a ser aplicados, até porque os novos cortes (os do OE-2013 e os 4000 milhões €) vêm-se adicionar aos já realizados até ao fim de 2012.

O quadro seguinte, construído com dados da execução orçamental divulgada todos os meses pelo Ministério das Finanças, torna claro o que está em jogo, e quais serão as consequências inevitáveis dos cortes já feitos por este governo e “troika”, e dos novos anunciados por eles.

**Quadro 1 – Despesas pagas pelo Estado nas áreas sociais – Período Janeiro/Setembro de cada ano**

FUNÇÕES	2010 Milhões €	2011 Milhões €	2012 Milhões €	2011/2010 Milhões €	2012/2011 Milhões €	2012-10 Milhões €
Educação	6.142,6	5.664,7	4.909,8	-477,9	-754,9	-1.232,8
Saúde	7.220,0	6.683,3	5.938,2	-536,7	-745,1	-1.281,8
Segurança e Acção Social	8.798,5	8.378,2	8.785,0	-420,3	406,8	-13,5
Habitação e serviços coletivos	206,1	144,1	113,5	-62,0	-30,6	-92,6
Serviços culturais e recreativos	251,1	203,6	521,3	-47,5	317,7	270,2
<b>SOMA</b>	<b>22.618,3</b>	<b>21.073,9</b>	<b>20.267,8</b>	<b>-1.544,4</b>	<b>-806,1</b>	<b>-2.350,5</b>

FONTE: Síntese execução orçamental - Outubro 2011 e 2012 - DGO, Ministério Finanças

Os dados do quadro referem-se apenas aos primeiros nove meses de cada ano (Jan./Set.), no entanto os cortes em despesas com serviços essenciais para a população são tão elevados que chocam pelas consequências que inevitavelmente estão a ter sobre vida dos portugueses, empurrando muitos para a miséria. E isto porque, tomando como base a despesa realizada pelo Estado nos primeiros nove meses de cada ano, verificou-se, entre 2010 e 2012, ou seja, em apenas dois anos um corte nas despesas com a educação e saúde superior a 2.500 milhões €. O corte nas transferências para a Segurança Social à primeira vista parece ser menor, o que não é verdadeiro já que o valor de 2012 inclui as transferências do OE para financiar um plano de emergência assistencialista (cantinas para os pobres) no valor de 176 milhões € e o pagamento das pensões aos bancários (522 Milhões €), despesas estas que até 2012 não existiam.

Apesar destes elevados cortes nas despesas sociais do Estado fundamentais para a população, na proposta de OE-2013, é feito outro corte enorme. Os dados do quadro 2, retirados do Relatório que acompanha o OE para 2013, mostram a sua dimensão.

**Quadro 2 – Cortes nas despesas com funções sociais do Estado entre 2012-2013 constantes OE-2013**

	2012- Milhões €	2013- Milhões €
Educação	6.733,6	6.753,5
Saúde	10.470,3	8.507,4
Segurança social e ação social	12.348,8	12.828,5
Habitação e serviços coletivos	196,9	159,3
Serviços culturais e comunicações	602,7	214,6
<b>SOMA</b>	<b>30.352,3</b>	<b>28.463,3</b>
Subsidio Natal		-437,1
Aumento contribuições para CGA (15%-20%)		-110,0
		<b>27.916,2</b>
<b>CORTES EFETIVOS ENTRE 2012 E 2013</b> (30.352M€ - 27.916,2M€)		<b>-2.436,1</b>

FONTE: Relatório OE-2013

Na proposta de OE-2013 estão inscritos 28.463,3 milhões € para despesas com as funções sociais do Estado, valor este que já é inferior ao inscrito no OE-2012 em 1.889 milhões €. Mas mesmo este valor, que já é enorme, é ainda inferior ao valor real. E isto porque no valor de 2013 estão incluídos o subsidio de Natal aos funcionários públicos (que é reposto em 2013, mas que o governo se apropria depois através do aumento do IRS) e o aumento das contribuições de 15% para 20% das entidades publicas para a CGA, despesas estas que não existiam em 2012, as quais somam 547,1 milhões €. Se as deduzirmos ao valor inscrito no OE-2013 – 28.463,3 milhões

€ -, para poder ser comparado com o valor de 2012, ficam 27.916,2 milhões €, o que significa que o corte nas despesas com as funções sociais do Estado, constante do OE-2013, atinge 2.436,1 milhões €, a adicionar ao corte realizado no período 2010-2012 que foi de 2.350,5 milhões €. Cortes gigantescos, mesmo sem contar com os novos 4.000 milhões € anunciados pelo governo, que se forem concretizados agravarão as condições de vida dos portugueses, a juntar ao resultante do aumento brutal da carga fiscal que analisamos em outro estudo. E esta redução ainda não entra com o efeito da inflação pois os dados considerados são a valores nominais o que determina que, em termos reais, a redução ainda seja maior.

No quadro anterior existem rubricas em que os valores de 2013 ou são iguais ou superiores aos de 2012, podendo gerar a ideia falsa de uma melhoria. No entanto, a verdade é outra. Por ex., no valor inscrito para a educação em 2013 – 6753,5 milhões € - se deduzirmos o valor do subsidio de Natal e o aumento de despesa determinada pela subida da taxa contributiva das entidades públicas para a CGA de 15% para 20%, o valor que resta é inferior ao de 2012 em mais de 300 milhões €. O mesmo se pode dizer em relação à Segurança Social cujo aumento é explicado pelo aumento da transferência do OE para financiar o chamado Plano de Emergência (cantinas para pobres, uma forma “moderna” de sopa para os pobres) e pela reposição, em 2013, de 1,1 subsidio aos pensionistas que custará à Segurança Social mais 300 milhões €. Em suma, se deduzirmos todas estas importâncias o que fica em 2013 para os encargos que existiam em 2012 é muito inferior ao inscrito no OE- 2012. E ainda se quer cortar mais 4.000 milhões € em 2013-2014

**A POLITICA DE AUSTRIDADE, CAUSA DA RECESSÃO ECONÓMICA, ESTÁ A DESTRUIR AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO VITAIS PARA TODA A POPULAÇÃO**

A viabilidade e a sustentabilidade das funções sociais do Estado (educação, saúde, segurança social) dependem de um financiamento adequado e sustentado. E este não é possível de ser garantido pelo Estado sem crescimento económico. A política de austeridade, ainda por cima aplicada em plena crise e a consequente recessão económica, estão a matar, pela via do estrangulamento financeiro, as funções sociais do Estado, já que as receitas do Estado estão a diminuir significativamente como revelam os dados do quadro 3.

**Quadro 3 – Quebra nas receitas fiscais e nas da Segurança Social e aumento das despesas com o desemprego e com o pagamento de juros pelo Estado – Janeiro a Setembro**

<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2012-2011</b>
<b>EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO</b>	<b>Milhões de euros</b>		
<b>RECEITAS FISCAIS - Estado</b>	<b>25.113</b>	<b>23.876</b>	<b>-1.237</b>
Impostos diretos	10.414	9.966	-448
Impostos indiretos	14.699	13.910	-789
<b>JUROS PAGOS PELO ESTADO</b>	<b>4.165</b>	<b>4.998</b>	<b>+833</b>
<b>EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL</b>			
Contribuições e quotizações	10.227	9.736	-491
Subsidio desemprego e apoio ao emprego	1.549	1.904	+355
<b>RECEITAS FISCAIS E DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL</b>	<b>35.340</b>	<b>33.612</b>	<b>-1.728</b>
<b>DESPESA COM O SUBSIDIO DESEMPREGO E JUROS</b>	<b>5.713</b>	<b>6.902</b>	<b>+1.188</b>

FONTE: Síntese da Execução Orçamental de Outubro de 2011 e 2012- DGO- Ministério das Finanças

As receitas fiscais no período Jan-Set.de 2012 foram inferiores, às de idêntico período de 2011, em 1.237 milhões €, e as de contribuições para a Segurança Social diminuíram em 491 milhões €; assim, o Estado e a Segurança Social perderam 1.728 milhões €. Em contrapartida as despesas com o subsidio de desemprego e com o pagamento de juros passaram, entre Jan/Set-2011 e Jan/Set-2012, de 5.713 milhões e para 6.902 milhões € (+1.188 milhões €). Em 2012 e 2013 a Segurança Social só não apresentará um elevado saldo devido a uma transferência extraordinária do OE (857M€ e 970M€, respetivamente). Com esta política de austeridade, que está a destruir a economia e a sociedade portuguesa, não existem funções sociais do Estado que resistam.

Provoca-se a recessão com a política seguida e depois utilizam-se os seus resultados que eram previsíveis para justificar mais cortes brutais nas despesas sociais do Estado, o que só pode ter como consequências a destruição das funções sociais. Eis o círculo de destruição em que o país está mergulhado e eis também a estratégia das forças da direita em Portugal para reduzir os direitos sociais, que são estabilizadores económicos importantes, o que agrava ainda mais a recessão económica. É necessário inverter esta situação. E contrariamente ao que afirmam os seus defensores existem alternativas e é urgente começar a debatê-las de uma forma alargada para encontrar uma alternativa ampla para esta política que está a destruir a economia e a sociedade portuguesa, e a levar o país à ruína. **Eugénio Rosa-10.11.2012 - [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)**